



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI
Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA NÚMERO DUZENTOS E NOVE (209) DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ. Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete (13/12/2017) às 13 (treze) horas e 30 (trinta) minutos, na Sala de Reuniões do Instituto de Previdência de Itajaí, reuniram-se em sessão ordinária os conselheiros devidamente nominados representando suas entidades, sob a Presidência do Conselheiro Dr. Vitor Paul Woyakewicz. Compondo o quórum estavam presentes os Conselheiros: Dra. Caroline de Melo, o Sr. Alcides Volpato, o Sr. Ivo Olampio Vicente, o Sra. Gleide Nara de Amorim, Sra. Constância da Silva Anacleto, Sra. Jaci Ronchi da Luz e a Sra. Gisele Vicente. Registrada a presença da Sra. Diretora Presidente do IPI Prof^a Maria Elisabeth Bittencourt; do Sr. Jean Polidoro, Presidente do Comitê de Investimentos; da Sra. Jane de Fátima Gomes, Diretora Administrativa do Instituto; e da Sra. Natália Corrêa Casas, Técnica Administrativa Previdenciária. **PRIMEIRO ASSUNTO DO DIA: APROVAÇÃO DA ATA 208/2017:** Após cumprimentar a todos os presentes, o Presidente do CMP abriu a reunião e submeteu a Ata 208 aos conselheiros que, depois de lida, foi aprovada por unanimidade. **SEGUNDO ASSUNTO DO DIA: POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS RPS 2018:** O Presidente do CMP iniciou sua fala agradecendo a presença do Sr. Jean Polidoro que, como Presidente do Comitê de investimentos, compareceu à reunião para apresentar a posição técnica do comitê quanto à política de investimentos que foi encaminhado pelo CMP no mês de novembro/2017. O Sr. Jean afirmou que a nossa política é um reflexo do que dispõe o Banco Central que em outubro deste ano modificou a resolução 3922/2011 trazendo grandes mudanças na porcentagem de investimentos o que requer uma gestão mais cuidadosa e profissional. Estas mudanças permitem aplicações diversas que antes não eram permitidas aos Institutos Municipais de Previdência, como aplicação em poupança e CDB, aumentando o leque de possibilidades de investimentos. Questionado pelos conselheiros se a política do IPI está de acordo com a resolução, o Sr. Jean afirmou que hoje a política de investimentos do IPI está totalmente dentro da legalidade e das possibilidades de investimentos. Explicou ainda, que nesse momento é interessante aplicar em renda variável e que a aplicação em poupança é uma permissão e não uma obrigação. O conselheiro Ivo chamou atenção para a possibilidade de usar a poupança ao invés da conta corrente, e desta forma o rendimento seria ainda maior. Com a palavra a Diretora Presidente explanou sobre a intenção do Instituto de profissionalizar os funcionários do IPI e os conselhos. Esta profissionalização iniciará com curso de CPA10 para todos os conselheiros, e provavelmente esta certificação constará como requisito para a nomeação de novos conselheiros e já será incluída na reforma da Lei Complementar nº 13 que deverá ser encaminhada em janeiro para avaliação do CMP antes de ser encaminhada à Câmara Municipal de Vereadores. Retomando a palavra, o Presidente do CMP registrou a importância da Resolução 3922 e que o Ministério da Previdência já está orientando os Institutos a qualificar seus conselhos o que vai ao encontro da intenção do IPI em certificar seus conselheiros. O Sr. Jean aproveitou para informar que a rentabilidade

deste ano já está em 9,5%, sendo que a meta seria de 8,5%. O Sr. Jean mencionou ainda que a expectativa do Governo Federal é de reduzir a taxa de juros, sendo esta uma tendência para o ano que vem, fato que pode favorecer a renda variável mas que ainda assim este seguimento deve ser explorado com cautela, levando também em consideração o ano eleitoral que se aproxima, com um mercado sensível a simples declarações e opiniões políticas, sendo interessante a aplicação em dividendos como renda variável. O Presidente do CMP destacou da explanação do Sr. Jean que, portanto, já atingimos a meta atuarial de 2017. Para finalizar, o Sr. Jean, em nome do Comitê de Investimentos, recomendou a aprovação da Política de Investimentos ora submetida. Sem mais discussões e questionamentos, o CMP aprovou por unanimidade a Política de Investimentos do IPI para o ano de 2018. **TERCEIRO ASSUNTO DO DIA: IMÓVEL: AQUISIÇÃO SEDE DO IPI:** Com a palavra, a Diretora Presidente do Instituto, Prof^a. Beth, solicitou à Comissão de Acompanhamento dos Imóveis (composta pelos conselheiros: Gleide, Ivo e Jaci) que relatasse como foi a visita ao imóvel da Rua Eugênio Müller. A conselheira Jaci informou que o estado do prédio não está adequado, uma vez que inacabado, com ferragens aparentes e talvez oxidadas devido a estar fechado por muito tempo. Destacou, ainda, que o estacionamento na rua é dificultoso, além do que o prédio continua sem acabamentos. A Diretora Presidente informou que a proposta do vendedor é de R\$ 3,8 milhões, sendo que o proprietário apresentou proposta de 30% como sinal ou entrada, para finalização das obras em 180 (cento e oitenta) dias, sendo que o restante seria pago na entrega do imóvel. O conselheiro Ivo destacou que as salas do prédio são boas, mas está sem os elevadores e precisa de bastante acabamento. O espaço daquela propriedade seria melhor do que a sede atual, com escadas em melhores condições, acessibilidade, mas toda a obra precisaria estar acabada para ser negociada. A Diretora Presidente informou que a proposta do prédio da sede atual é de R\$ 4 milhões. Em resumo, o IPI apresentou em mesa as seguintes propostas: 1 – Prédio da Rua Eugênio Müller (3,8 milhões); 2 – Prédio da sede atual (4 milhões); 3 – Terreno da Rua Eugênio Müller (1,6 milhões); 4 – Terreno Avenida Getúlio Vargas (2 milhões); 5 – Terreno da prefeitura (verificando a possibilidade de negociação). O Presidente do CMP expôs que o IPI solicitou pauta para que este colegiado pudesse conhecer o andamento das escolhas e se posicionar sobre as possibilidades entre imóveis prediais e terrenos visando futura construção. O tema foi colocado em discussão, ressaltando que as duas propriedades prediais teriam questões negociais a observar: uma sobre a proposta já comentada anteriormente, de adiantamento de valores para um imóvel que não estaria em propriedade da Autarquia. E outra, que o imóvel sede atual do IPI está avaliado pela SMU em R\$ 2 milhões, documento que integra o Processo nº 242/17/ADM, valor muito aquém do que está sendo ofertado pelo proprietário (R\$4 milhões). Em debate, os conselheiros reconheceram que a escolha de um imóvel pronto, já construído, adequado às necessidades do IPI, teria de certa forma vantagens, mas esta opção está difícil de ser configurada. Também ficou registrado que a escolha do IPI deve observar detalhes de acessibilidade, divisão das salas de trabalho, e estacionamento. Em deliberação, os conselheiros concordaram que a melhor opção seria a de aquisição de terreno para construção de uma sede adequada às necessidades do IPI. O conselheiro Alcides sugeriu um prazo de 30 (trinta) dias para a avaliação dos dois terrenos para compra, bem como nesse prazo avaliar a possibilidade jurídica ou legal de recebimento ou compra do terreno do Município. Finalizando este assunto o Presidente do CMP informou que foi publicada na presente semana uma Nota Técnica da Secretaria da Previdência, SEI 10/2017/CGACI/SRPPS/SPREV-MF, de 07 de dezembro de 2017, que trata de transações

que envolvem bens imóveis no âmbito dos RPPS, e que seria interessante a leitura pelos membros do CMP. **QUARTO ASSUNTO DO DIA: RELATÓRIO DE ATOS DA COMISSÃO ELEITORAL:** O Presidente do CMP informou que os integrantes da Comissão Eleitoral se reuniram no início do mês de Dezembro, ocasião em que leram o Decreto Municipal nº 10.406/2016 que estabelece os procedimentos da eleição, e confeccionaram o Edital de Eleições, que já foi publicado no jornal do município (pg. 17, edição 1835 de 06 de dezembro de 2017). No Edital ficou estabelecido o calendário eleitoral, com data de divulgação da eleição entre 06/12/2017 a 26/01/2018; prazo de inscrição de 02/01 a 26/01/2018; homologação das inscrições em 29/01/2018; orientações para campanha em 30/01/2018; campanha eleitoral das chapas de 30/01 a 28/02/2018; eleição no dia 1º/03/2018; abertura da urna, contagem de votos e declaração da vencedora também no dia 1º/03/2018; prazo de impugnação de 02/03 a 09/03/2018; análise de impugnações em 14/03/2018; resultado da eleição e declaração da chapa eleita no dia 14/03/2018; convocação para posse e investidura entre 14/03 a 30/03/2018. O Presidente informou que todos os atos eleitorais estão sendo autuados no Processo 253/17/ADM. O conselheiro Ivo solicitou aos membros da comissão eleitoral um *release* para colocar na revista da ASPMI o que foi requerido também pela conselheira Gleide que irá colocar no *facebook* do sindicato. O Presidente do CMP finalizou informando que será protocolada uma petição na Justiça Eleitoral solicitando uma urna para a eleição. **QUINTO ASSUNTO DO DIA: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO IPI 2018:** Aberto o espaço para as informações do IPI. A Diretora Presidente iniciou a apresentação do Planejamento Estratégico do IPI passando a palavra para as Sras. Jane e Natalia que apresentaram em slides o planejamento do IPI. A apresentação teve como base três perguntas: onde estamos? Para onde queremos ir? Como chegar lá? Inicialmente foi apresentado a história do IPI, seus princípios, valores, missão e organização administrativa, apresentando-se, também, os conselhos e diretorias. Em seguida foram apresentadas as ações planejadas, quais sejam: construir uma sede própria para o IPI; aperfeiçoar profissionalmente os servidores, gestores, conselheiros e a comissão de Licitações do IPI; atualizar a Lei Complementar nº 13/2001; aperfeiçoar o atendimento dos segurados e beneficiários do RPPS; estabelecer um programa de pré e pós aposentadoria; promover a interação da Unidade Gestora do RPPS com as unidades administrativas que compõe o poder público municipal; atuar junto às entidades representativas do setor previdenciário; disseminar a cultura previdenciária entre os participantes do RPPS; realizar os encontros de integração social dos servidores inativos e pensionistas; implementar a gestão e controle da base de dados cadastrais dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas; Informatizar na totalidade os trâmites previdenciários; criar uma política de segurança da informação; atualizar o site em conformidade com a legislação vigente; criar informativos semestrais; mapear as atividades das áreas de atuação do RPPS; criar um sistema de ouvidoria do IPI; estabelecer um Código de Ética do IPI; valorização dos servidores do IPI. Por fim foi apresentada a meta do instituto como sendo “Governança Corporativa” que será colocada em prática com as seguintes ações: planejamento; relatório de gestão atuarial; código de ética do IPI; política de investimentos; transparência; ouvidoria; gestão de pessoas; políticas previdenciárias de saúde e segurança do servidor; educação previdenciária; valorização do servidor efetivo do IPI e sede do IPI. Finda a apresentação, a Sr. Jane explicou que durante o censo verificou-se uma grande dificuldade do servidor sobre informações básicas sobre o IPI e sobre previdência. A ideia que está sendo planejada é de disseminação da cultura previdenciária entre os servidores, fazendo isto por grupos de

servidores. A Sra. Jane afirmou que a ideia do planejamento se deu em decorrência de um Programa Federal chamado Pró-Gestão, em que o IPI terá que preencher uma série de requisitos, e que estão sendo iniciadas as ações mais urgentes acreditando que em 2018 ter-se-á uma boa parte desse planejamento já executado. Neste momento a Diretora Presidente do Instituto trouxe a informação aos conselheiros que encontrou aproximadamente 330 processos em tramitação do sistema COMPREV sem deferimento. Diante destes fatos a Diretora Presidente está em contato com o INSS para solicitar um servidor desta Autarquia Federal para analisar os processos do RPPS de Itajaí. A reunião já realizada entre o IPI e o INSS ficou estabelecido para o próximo ano especialização de funcionários, mandará outra pessoa ao IPI para apreciar os 414 processos parados que existem atualmente. No fim da apresentação do planejamento o Sr. Jean afirmou ser notório no Brasil a falta de educação financeira dos servidores e aposentados e que seria muito interessante cursos neste sentido. O conselheiro Alcides parabenizou o IPI pela iniciativa do planejamento e sugeriu que as ações futuras fossem ainda mais destacadas, e que as ações do planejamento do IPI devem fazer parte do planejamento estratégico do Município, ou seja, do PEMI2040. O Presidente do CMP também parabenizou o planejamento, em especial pela intenção de fazer parte do programa Pró-Gestão que o Instituto está com intenção de aderir, afirmando que esta iniciativa traz um aperfeiçoamento da entidade e que cada ação está preparando para o futuro. **SEXTO ASSUNTO DO DIA: PRESIDÊNCIA DO CMP2018 E CALENDÁRIO 2018:** O Presidente do CMP agradeceu a parceria de todos durante o ano e colocou a presidência à disposição para que se algum conselheiro tivesse interesse na função, o que foi seguido pela secretária que também deixou a função à disposição. Os conselheiros decidiram reconduzir a presidência e a secretaria, continuando as funções com os conselheiros Vitor e Caroline. Quanto ao calendário de reuniões do ano de 2017 ficou deliberado que as reuniões continuam nas segundas quartas-feiras do mês, no mesmo horário e local, às 13h30 na sala de reuniões do IPI. Os conselheiros concordaram, por fim, que a reunião do mês de janeiro/2018 acontecerá no dia 24, para evitar ausências por causa das férias. **ASSUNTOS GERAIS: (I)** Registro de documentos recebidos pelo CMP: Ofício nº 458/17/IPI contendo relatórios de rentabilidade e borderôs financeiros referente a outubro de 2017. Nada mais havendo, foi encerrada a décima segunda reunião ordinária deste colegiado. Eu Caroline de Melo, Secretária, lavrei a presente que depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Itajaí (SC), 13 de dezembro de 2017.

VITOR PAUL WOYAKEWICZ
PRESIDENTE

CAROLINE DE MELO
SECRETÁRIA

ALCIDES VOLPATO

GISELE VICENTE

IVO OLAMPIO VICENTE

JACI RONCHI DA LUZ

CONSTÂNCIA DA SILVA ANACLETO

GLEIDE NARA DE AMORIM